

1 Ata da **Plenária Ordinária nº. 510** do Conselho Estadual
2 dos Direitos da Criança e do Adolescente – CEDICA/RS,
3 **realizada em 08 de março de 2022.**

4 Às nove horas do dia oito de março de dois mil e vinte e dois, deu-se início à
5 Plenária Ordinária nº 510 do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do
6 Adolescente – CEDICA/RS, realizada de forma virtual pelo aplicativo Cisco/Webex,
7 coordenada pelo Presidente Irazy Bernardes de Souza, **estando presentes os(as)**
8 **Conselheiros(as):** Andreia Paz (DPE), Carlos Mariani (USBEE), Elisandra Moreira
9 (FUNDAÇÃO PROTEÇÃO), Fabiane Theobald Lorenzini e Cristina Rosa (CIEE/RS),
10 Irazy de Souza e Juliana Azevedo (SICDHAS), Simone Romanenco (SEC), Maria da
11 Graça Malaguez (FERGS), Mara Souza e Danusa Cunha (SEDUC), Berenice da
12 Costa (ACPM Federação), Marco Abreu (OAB), Ivonete Carvalho (DPGV/PC), Bruna
13 Cabral (AMENCAR), Jeanice Cardoso (SES), Luísa Maciel (SEDAC), Simone
14 Quadros (Fundação O Pão dos Pobres), Patrícia Cibils (PGE), Marcelo da Silva
15 (FEAPAES). **Ausência Justificada:** BM e UBEA. **Presentes também:** Mariele Diotti
16 e Clarissa de Paula (SICDHAS). O presidente Irazy iniciou a plenária realizando uma
17 contextualização histórica sobre o Dia Internacional da Mulher, após convidou as
18 servidoras da Secretaria de Igualdade, Cidadania, Direitos Humanos e Assistência
19 Social, Clarissa de Paula e Mariele Diotti, para a facilitação do diálogo “Reflexões
20 sobre ser mulher e ser adolescente”. **I - Palestra sobre o Dia Internacional da**
21 **Mulher – 8h30 às 10h:** As conselheiras foram convidadas a responder com uma
22 palavra o que é ser mulher e adolescente. Foram manifestadas palavras como
23 guerreira, alvo, sonhadora, transcendência e evolução. Em seguida, foi realizada
24 uma reflexão sobre a vivência da adolescência para cada menina e suas
25 responsabilidades. A conselheira Ivonete relatou a importância de políticas públicas
26 integradas, pois a ausência do Estado, afeta as mulheres mais vulneráveis. Foram
27 realizadas reflexões sobre: O olhar da rede de proteção para os meninos e meninas
28 em suas diversidades; Como garantir direito, não o limitando, por nossas crenças
29 pessoais. Por fim, foi apresentado dados de 2018 a 2020 de 1554 (mil quinhentos e
30 cinquenta e quatro) nascidos vivos no Rio Grande do Sul, entre a faixa etária de 10 a
31 14 anos. Foi ponderado que estes dados são alarmantes e não podem ser
32 naturalizados. O presidente Irazy agradeceu a disponibilidade das convidadas e a
33 mediação da conselheira Juliana. Em seguida, apresentou um vídeo de reflexão
34 sobre o Dia Internacional da Mulher. A condução da plenária foi transferida para a
35 vice-presidente Simone Romanenco. **II - Aprovação da Ata nº 509/2022:** Aprovada
36 por unanimidade pelos órgãos e instituições presentes. **III - Assuntos a Deliberar:**
37 **a) Apresentação do parecer das comissões sobre o Projeto de Alteração da Lei**
38 **nº 9.831, de 19 de fevereiro de 1993 (atualizada pela Lei nº 12.484, de 12 de**
39 **maio de 2006):** Somente as comissões de Legislação e Normas e Mobilização e
40 Articulação encaminharam parecer sobre a pauta. Foi solicitado que as comissões
41 encaminhem com brevidade seus pareceres, para que a pauta seja deliberada em
42 plenária, do dia 31 de março. A conselheira Andreia sugeriu que a nomenclatura dos
43 órgãos que compõem o conselho, seja revista na Lei. O presidente Irazy sugeriu que
44 as nomenclaturas das representações fossem por políticas públicas, ao invés dos
45 nomes das Secretarias. A conselheira Maria da Graça recordou que a Comissão que
46 discutiu a alteração da Lei, já havia deliberado por nomear a representação por
47 gestão responsável pela política. A conselheira Ivonete sugeriu o acréscimo da
48 Secretaria da Agricultura, considerando crianças e adolescentes que residem na
49 área rural. A vice-presidente Simone Romanenco ponderou que a política de

50 Assistência Social atende a população urbana e rural. Sobre a exclusão da
51 Defensoria Pública do Estado e Procuradoria Geral do Estado, a conselheira
52 Elisandra informou que a decisão na época foi devido à falta de participação das
53 representações no CEDICA. Atualmente, há um consenso sobre a importância da
54 representação da PGE e DPE no colegiado. **b) Última versão do Plano Estadual
55 Decenal de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e
56 Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária - Relatoria Comissão de
57 Políticas Públicas:** A comissão informou que não foi possível realizar o parecer
58 sobre a pauta devido as férias, da maioria dos membros, no mês de fevereiro. **c)
59 Plano de Ação e Aplicação FECA 2022:** Foi informado que a pauta não estava
60 prevista para esta plenária, a solicitação de acréscimo foi da Comissão de
61 Legislação e Normas. A comissão de Orçamento e Fundos não concordou em
62 deliberar sobre a pauta, pois não havia sido acordado com brevidade. **d) Vacinação
63 Infantil:** A conselheira Andreia informou que a Comissão de Legislação e Normas
64 propôs uma campanha do CEDICA apoiando a vacinação e orientando os pais ou
65 responsáveis a levar as crianças para vacinar. Sugere-se, ainda, o agendamento de
66 uma reunião com a Secretaria Estadual de Educação, Secretaria Estadual de Saúde
67 e SINEPE, visando articulação no sentido da maior cobertura vacinal, especialmente
68 com relação ao cumprimento da Lei nº 15.409/2019. A conselheira Patrícia sugeriu a
69 realização de um formulário para obter o índice de crianças vacinadas. A vice-
70 presidente Simone relatou que o CEDICA precisa alinhar esta pauta em gestores,
71 para que seja apresentada a proposta na próxima plenária. O presidente Irazy
72 sugeriu que o material esteja alinhado com os demais órgãos responsáveis e que
73 ocorra uma articulação com o Ministério Público Estadual. Encaminhamento: 1.
74 Realizar cards sobre a vacinação infantil. 2. Convocar demais atores responsáveis,
75 para dialogar sobre a cobertura da vacina. Votação: Aprovado por unanimidade.
76 **Relato das Comissões:** Políticas Públicas: Relataram que no dia 16 de fevereiro
77 realizaram reunião e que a comissão estava sem Gestora, devido a substituição da
78 FERGS. Deliberaram que a conselheira Maria da Graça assumisse a coordenação
79 da comissão. Devido ao período de férias dos membros, demoraram para se
80 organizar. Encaminharam para o e-mail do CEDICA informe sobre a Central de
81 Vagas. Legislação e Normas: A comissão sugeriu que o Plano de Ação e Aplicação
82 de 2022, possua ações de cursos e capacitações para adolescentes em
83 cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto, fechado e em acolhimento
84 institucional; Projetos voltados às famílias com crianças e adolescentes refugiados,
85 apátridas, migrantes e vítimas do tráfico de pessoas e que se encontram em
86 situação de vulnerabilidade; Projetos que contemplem o reforço escolar pós-
87 pandemia, especialmente para as crianças e adolescentes que não tiveram acesso à
88 educação no período de pandemia, bem como o atendimento das crianças e
89 adolescentes que tiveram prejuízos em decorrência da pandemia tanto pela questão
90 do isolamento, em especial na área de saúde mental, como sequelas da COVID-19
91 para aquelas que tiveram a doença. Mobilização e Articulação. A comissão se reúne
92 na primeira e terceira terça dos meses. A gestora Elisandra informou que de acordo
93 com o Planejamento Anual CEDICA está previsto para o mês de abril Educação.
94 Daremos continuidade a criação dos CARDS para compartilhar nas redes sociais em
95 parceria com outras comissões. Foi informado que a conselheira Lúcia deverá
96 retornar da licença maternidade na próxima plenária. Orçamento e Fundos: Não
97 ocorreu relato, a conselheira Lisiane está de férias. Medidas Socioeducativas e de
98 Proteção: A comissão está sem gestora, devido ao processo de substituição da

99 conselheira Cláudia Alfama. Há uma dificuldade desta comissão em se reunir desde
100 a gestão passada. **Informes da Presidência:** A vice-presidente Simone Romanenco
101 informou que no dia 09 de março, ocorrerá a reunião da Comissão de Seleção do
102 Termo de Referência. O presidente Irany solicitou que o Fórum Estadual dos Direitos
103 da Criança e do Adolescente realize providências sobre a substituição de
104 Mantenedora da União Sul Brasileira de Educação e Ensino – USBEE, para que seja
105 respeitado o princípio da paridade no CEDICA. A conselheira Maria da Graça
106 esclareceu que o Fórum DCA solicitou as documentações sobre as alterações da
107 instituição e estão aguardando o recebimento para analisarem a situação. O
108 conselheiro Marcelo informou que irá ocorrer a junção de duas organizações para
109 somente uma e que até o dia 31 de março a USBEE estará ativa. O presidente
110 respondeu que o ofício recebido pelo Conselho, menciona que os conselheiros da
111 instituição não pertencem mais a instituição e que foram transferidos para outra
112 instituição que não compõem o CEDICA. Audiência Pública da Comissão de
113 Educação, Cultura, Desporto, Ciência e Tecnologia da Assembleia Legislativa, sobre
114 a implantação do novo ensino médio no Rio Grande do Sul, dia 07/03: A vice-
115 presidente Simone Romanenco relatou que realizou a representação na audiência e
116 que a proposta é um processo de formação voltado para o ensino técnico, excluindo
117 a Sociologia e Educação Física. A mudança não envolve somente o
118 desenvolvimento cognitivo, abrange toda a sociedade. Foi relatado a insatisfação
119 dos profissionais da educação, devido à falta de diálogo na construção da proposta
120 de um novo programa de ensino. O CEDICA não possui uma posição sobre esta
121 pauta, porém possui um olhar sobre a proteção social e os direitos do adolescente à
122 educação. A conselheira Andreia corroborou que há muitas dúvidas dos estudantes,
123 famílias e profissionais da educação. E que os professores não receberam
124 orientação sobre a nova grade curricular. A conselheira Mara informou que a
125 coordenadora do ensino médio, Taís Nogueira poderá esclarecer as dúvidas, mas
126 que o assunto já vem sendo discutido há anos pela SEDUC. Considera que a
127 divulgação não tenha sido efetiva, mas informou que ocorreram formações. O
128 presidente Irany relatou que a proposta da reforma na educação é antiga, mas que a
129 pauta é desconhecida pela população e CEDICA. E que é fundamental realizar
130 ampla discussão com outros órgãos, para conhecer e compreender o tema. A
131 conselheira Berenice considerou que houveram falhas na comunicação da SEDUC,
132 mas que a reformulação do ensino médio foi aprovada pelo Conselho Estadual de
133 Educação – CEEEd. Concluiu que a reformulação será importante, pois os
134 adolescentes estão em constante mudanças e o ensino deve acompanhá-los.
135 Estudantes precisam ter autonomia para escolher a sua formação. Simone
136 Romanenco destacou que o papel do CEDICA não é formular o projeto político
137 pedagógico, mas pensar se esta reformulação não irá desproteger os adolescentes.
138 A conselheira Bruna sugeriu que os técnicos da Educação sejam ouvidos, para a
139 compreensão da estruturação educacional, vinculando aos territórios e
140 comunidades. A vice-presidente reforçou a importância da efetivação da Lei 13.935,
141 que dispõe sobre a prestação de serviços de Psicologia e de Serviço Social nas
142 redes públicas de educação básica. Encaminhamento: Realizar plenária ampliada
143 para conhecer a reformulação do ensino. Nada mais havendo a constar, eu Thanise
144 Falcão Gonçalves, lavrei a presente ata, que subscrevo com a Vice-Presidente
145 Simone Maria Homsí Pedott Romanenco.
146



Thanise Falcão Gonçalves
Secretária do CEDICA/RS



Simone Maria Homs Pedott Romanenco
Vice-Presidente do CEDICA/RS